
MAIS SOBRE DOAÇÃO NA LITERATURA CIENTÍFICA: NOVAS CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA MORAL

Luciana Karine de Souza¹
Caroline Moresco de Moura²

Resumo

Trata-se da fase 2 da pesquisa que examina características da literatura publicada e disponível sobre doação e analisa aspectos morais e éticos nesse contexto. Foram analisados 98 artigos. Análises quantitativas e qualitativas forneceram subsídios para a caracterização dos artigos, sua comparação com os resultados da fase 1 da pesquisa e a análise teórica sobre o tratamento dado aos principais temas nos textos. Observou-se um aumento considerável de publicações sobre doação, predominantemente a partir de pesquisas em diferentes disciplinas da área da saúde. Além disso, outros tipos de doações passaram a ser estudadas cientificamente e publicadas. Os temas identificados na fase 1 da pesquisa permanecem sob estudo nas publicações seguintes, contemplando as diferentes perspectivas envolvidas no processo da doação: doador, receptor, familiar, equipe de saúde, sociedade, Estado, humanidade. A análise teórica empreendida estabeleceu relações entre os diferentes modos de raciocínio moral em justificativas a favor ou contra a doação de órgãos e tecidos perante o diagnóstico de morte encefálica. O assunto é de extrema relevância dada a escassez de doações enfrentadas no país e pela ausência do tratamento do tópico da doação nos debates em meios educacionais e familiares – ambientes onde o primeiro passo pode ser dado para uma doação no futuro.

Palavras Chave: doação; ética; moral.

¹ Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: luciana.karine@ufrgs.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9641-6163>

² Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: carolinemoresco@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9809-1956> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa - UFRGS - Brasil (Programa de Iniciação Científica Voluntária).

MORE ABOUT DONATION IN SCIENTIFIC LITERATURE: NEW CONTRIBUTIONS TO MORAL PSYCHOLOGY

Abstract

This is phase 2 of the research that examines characteristics of published and available literature on donation and analyzes moral and ethical aspects in this context. Ninety-eight articles were analyzed. Quantitative and qualitative analyzes provided the characterization of the articles, the comparison with the results of phase 1, and the theoretical analysis of the treatment given to the main themes of the texts. There was a considerable increase in publications on donation, predominantly based on research in different health disciplines. In addition, other types of donations began to be scientifically studied and published. The themes identified in phase 1 of the research remain under study in later publications, contemplating different perspectives involved in the donation process: donor, recipient, family member, health team, society, State, and humanity. The theoretical analysis undertaken established relationships between the different modes of moral reasoning in justifications for or against the donation of organs/tissues before the diagnosis of brain death. The subject is extremely relevant given the scarcity of donations faced in the country and the lack of treatment of the topic of donation in debates in educational and family circles – environments where the first step can be taken towards a donation in the future.

Keywords: donation; ethics; morals.

Introdução

Em estudo anterior foi possível perceber a raridade das investigações científicas publicadas sobre doação (SOUZA; FREITAS, 2019). Foram encontradas apenas 49 publicações entre 1995 e 2014; entre 2011 e 2014, foram somente 21. Tratando-se de um tópico tão relevante socialmente, é importante dar continuidade ao acompanhamento da produção científica sobre doação de 2015 até 2020, examinando o andamento da dedicação ao tópico. Dessa forma, ter-se-á à disposição um panorama sobre o assunto em publicações que antecedem a pandemia COVID-19. Naquele trabalho conduziu-se a fase 1 da pesquisa; neste, é relatada a fase 2.

Antes da pandemia COVID-19, a posição do Brasil no panorama mundial com respeito a doações de sangue e de órgãos e tecidos já era preocupante. Como exemplo, Bonfadini, Roisman, Prinz, Sarlo, Rocha e Campos (2014) argumentam que a diferença entre estados brasileiros nas doações de córnea “gera uma injustiça social inaceitável” (p. 241). Com o advento da pandemia, houve uma queda acentuada nas doações de sangue, de órgãos/tecidos e de leite materno (AGÊNCIA SENADO, 2020; FEBRASGO, 2021; LIMA, 2021). Portanto, renova-se a relevância social de se conduzir pesquisa sobre doação. Partindo-se da psicologia científica, interessa investigar pensamentos, sentimentos e comportamentos associados a doações como as referidas. Para tanto, as revisões de literatura são importantes pontos de partida.

As revisões de literatura publicadas e disponíveis sobre doação contemplam, em sua maioria, aspectos éticos e morais da atuação do profissional de saúde junto às famílias, bem como as diferenças culturais no entendimento de fenômenos como morte, vida e relação corpo-mente. Entre 2010 e 2020, foram localizadas 13 revisões de literatura. Nenhuma das revisões tratou das contribuições da Psicologia Moral, como realizado por Souza e Freitas (2019).

A revisão de literatura relatada em Souza e Freitas (2019) compreendeu as publicações entre 2011 e 2014. As autoras realizaram uma análise qualitativa de 49 artigos científicos publicados em revistas brasileiras e que tratavam do tópico da doação. Os resultados mostraram que à doação foram associados tópicos que envolvem ajuda, altruísmo, bem-estar, princípios e valores, sentimentos negativos, religião, mídia e esperança. São temas potenciais para a análise da produção publicada que o presente estudo propõe.

No que diz respeito a princípios éticos e a valores morais, há respaldo teórico, na área da Psicologia, na proposta de Lawrence Kohlberg. Trata-se da tentativa de explicar como as pessoas adquirem e desenvolvem a competência moral, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento do raciocínio moral de justiça como de cuidado (BIAGGIO, 2002; KOHLBERG, 1984; LIND, 2005). O senso de justiça e o senso de cuidado estão envolvidos nos processos de tomada de decisão sobre doar e receber órgãos/tecidos, sangue, leite materno, livros, brinquedos, agasalhos, alimentos, etc., como mostrado por Souza e Freitas (2019). Portanto, o entendimento de L. Kohlberg sobre princípios e valores morais fornece embasamento para identificar e analisar as justificativas que acompanham as decisões sobre doar e receber, o que também se pretende com o presente trabalho.

Das 13 revisões de literatura encontradas, foram elencadas cinco que melhor representam seu conjunto. As revisões foram escolhidas pelas diferentes perguntas de pesquisa adotadas para tratar da doação de órgãos/tecidos e pela recenticidade da publicação. As perguntas norteadoras dos estudos trataram dos seguintes aspectos: (a) Principais dilemas éticos e aspectos morais da doação de órgãos/tecidos (ROZA; GARCIA; BARBOSA; MENDES; SCHIRMER, 2010); (b) A percepção do profissional de saúde sobre a doação e o transplante de órgãos (MERCADO-MARTÍNEZ; PADILHA-ALTAMIRA; DÍAZ-MEDINA; SÁN-

CHEZ-PIMIEN, 2015); (c) As diferentes legislações brasileiras sobre o consentimento para a doação de órgãos/tecidos (MAYNARD; LIMA; LIMA; COSTA, 2015-2016); (d) A percepção do receptor sobre o doador, o órgão, a vida e a morte (FUICA; PALACIOS-ESPINOSA, 2016); e (e) A reação familiar perante a comunicação da morte encefálica e a permissão de doar órgãos do falecido (RIBEIRO; PRADO; SANTOS; GONÇALVES; BORGES; ABREU, 2020).

Roza et al. (2010) realizaram uma revisão narrativa da literatura para estudar o entendimento sobre o corpo humano no contexto da doação de órgãos. Dentre os dilemas mais enfrentados nesse contexto, os autores notaram que persiste o fato de que “os profissionais não se sentem confortáveis em desligar os aparelhos ou se negam a fazê-lo, mesmo com apelo familiar, quando da decisão pela não doação dos órgãos/tecidos de seu parente com diagnóstico de morte encefálica” (p. 419). Dessa forma, percebe-se que as questões morais e éticas afetam também as equipes de saúde envolvidas no processo, a despeito do resultado (doar ou não).

Aspectos morais são destacados por Roza et al. (2010) na análise dos significados dados à morte no contexto da doação de órgãos/tecidos. Os autores notam a falta de confiança nos profissionais de saúde. Além disso, o direito à autonomia também pode estar presente na doação de órgãos *post mortem*. Segundo os autores, a doação deve ser entendida como “um ato de solidariedade do potencial doador manifestado em vida e confirmado pela família quando de sua morte” (p. 421), não sendo possível atribuir altruísmo a todas as famílias que consentem com a doação. Por fim, Roza et al. (2010) salientam que a doação de órgãos/tecidos está rodeada de aspectos éticos (princípios fundamentais sobre o viver/morrer que orientam a convivência humana) e morais (combinações culturais sobre como conviver em grupos humanos).

Mercado-Martínez et al. (2015) produziram uma revisão panorâmica da literatura sobre a visão do profissional de saúde quanto à doação e transplante

de órgãos. Seleccionaram 248 artigos científicos de 44 países. Os pesquisadores notaram que a maioria dos países das amostras (como Estados Unidos, Espanha, Austrália, Brasil, Canadá) tem mais interesse na doação de doadores falecidos. Além disso, o estudo apontou uma maior positividade dos médicos e enfermeiros acerca da doação e transplantes em geral; no entanto, essa atitude positiva diminui quanto à doação dos seus órgãos ou dos seus familiares. O estudo recomenda investigar mais as visões dos profissionais da saúde de países que priorizam a doação *in vivo*, além de comparar a perspectiva de profissionais de diferentes regiões ou do interior dos países.

Maynard et al. (2015-2016) realizaram uma revisão legislativa e de literatura para analisar o que consta na legislação brasileira em relação ao consentimento para doação de órgãos/tecidos *post mortem* e à autorização da família frente a esse processo. O estudo apontou para um conflito legislativo, pois ainda que o Código Civil preveja a predominância da vontade da pessoa falecida, a Lei de Transplantes prioriza a vontade da família. Dessa forma, o direito à autonomia, um dos temas trazidos em Souza e Freitas (2019) e salientado por Roza et al. (2010), pode ser desrespeitado se a família não aceitar a decisão do potencial doador. As autoras também ligam a questão da autonomia com a solidariedade ao indicarem que “a doação de órgãos é um ato de solidariedade que deve ocorrer por vontade do próprio doador, dado seu caráter incontestavelmente personalíssimo” (MAYNARD et al., 2015-2016, p. 140).

Fuica e Palacios-Espinosa (2016) conduziram uma revisão sistemática a fim de entender o que o doador, o órgão, a vida e a morte significam para o receptor. Os resultados apontaram para os sentimentos de culpa e de gratidão do receptor de órgãos em relação ao doador, e para a necessidade de um processo para deixar de visualizar o órgão como um corpo estranho, pois é uma forma de conexão com o doador. Ademais, a visão do receptor sobre a vida e a morte envolve autotranscendência e um maior desejo pela normalidade.

Ribeiro et al. (2020) realizaram uma revisão integrativa da literatura para investigar a reação familiar frente o processo de comunicação de morte encefálica e a permissão de doar órgãos do falecido. A pesquisa verificou que os principais motivos da rejeição familiar à doação são: (a) O desconhecimento sobre morte encefálica; (b) A falta de notícias por parte dos médicos até a confirmação de morte encefálica; (c) A falta de competência técnica dos profissionais de saúde que realizam a entrevista familiar; (d) A religião dos familiares; e (e) O desconhecimento da opinião do doador. Estudiosos defendem a elaboração de materiais, como cartilhas, que ajudem os profissionais de saúde a melhorarem seus comportamentos nessas situações.

Como visto, há diferentes tipos de revisão de literatura, dentre os mais conhecidos, a revisão sistemática, a revisão integrativa e a revisão narrativa. Interessantemente, para cada tipo há diferentes modelos para sua condução. Como exemplos, há a revisão sistemática segundo Galvão, Sawada e Trevizan (2004), estruturada em sete fases e a revisão sistemática conforme Sampaio e Mancini (2007) em cinco passos. Camilo e Garrido (2019) revisam os modelos mais conhecidos de revisão sistemática de literatura em Psicologia e propõem um processo de seis etapas. Já Mendes, Silveira e Galvão (2008) apresentam a revisão integrativa em seis etapas, com muitas semelhanças a modelos que se intitulam revisão sistemática e com critérios claros que, se seguidos, garantem a qualidade da revisão realizada.

O presente estudo busca responder a três perguntas. Em primeiro lugar, dada a relevância do assunto da doação, houve mudanças no volume de publicações a partir de 2015 na literatura nacional e quais as principais características desses estudos? Em segundo lugar, como são tratados os temas que emergiram na fase 1 da pesquisa? Em terceiro lugar, e a partir da proposta de Lawrence Kohlberg, em que estágio de raciocínio moral se aproximam as justificativas para doar/receber órgãos/tecidos e sangue na literatura encontrada?

Lawrence Kohlberg (1927-1987) postulou uma sequência invariável, hierárquica e universal de estágios de desenvolvimento do julgamento moral. Mediante a análise da estrutura das respostas das pessoas a dilemas morais, o autor identificou formas qualitativamente diferentes de raciocínio moral. Focalizando na esfera cognitiva do estudo da moral, Kohlberg (1984) organizou seis estágios de julgamento moral em três níveis distintos: nível pré-convencional, nível convencional e nível pós-convencional. No nível pré-convencional, o indivíduo não reconhece princípios morais compartilhados por indivíduos inseridos em uma comunidade, julgando os atos pela sua consequência, punição (raciocínio contemplado pelo estágio 1, que prioriza a punição e a obediência), ou vantagem que traga satisfação pessoal (estágio 2, identificado por hedonismo). No nível convencional, o indivíduo, reconhecendo as leis de sua comunidade, é capaz de internalizá-las, vendo-se pertencente ao grupo que as elaborou e com ele identificando-se. Neste nível pode compreendê-las mediante dois mecanismos: pelo estágio 3, conhecido como moral do bom garoto, valorizando ações que despertam aprovação social e priorizam relacionamentos pessoais; e pelo estágio 4, orientado à lei e à ordem, exercendo respeito por autoridades e regras, seguindo-os para manter a ordem social (BIAGGIO, 2002). No nível pós-convencional, apresentado por Kohlberg (1984) como a inovação em sua teoria, “a perspectiva diferencia o self das regras e expectativas dos outros e define os valores morais em termos de princípios próprios” (BIAGGIO, 2002, p.24). No estágio 5, que contempla a orientação para o contrato social, o indivíduo julga que regras e leis disponíveis mais injustas devam ser modificadas mediante meios democráticos socialmente reconhecidos. Já no último estágio de julgamento moral (estágio 6), o mais elevado e maduro, permite resistência às leis injustas não modificadas por intermédio de meios democráticos. O indivíduo no estágio 6 “reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles” (BIAGGIO, 2002, p.27). São exemplos deste estágio personalidades marcantes da

história mundial, como Gandhi, Jesus Cristo e Martin Luther King. De fato, raras são as pessoas que atingem esta maturidade de julgamento moral (SOUZA, 2008).

A pesquisa possui três objetivos. O primeiro busca caracterizar a literatura científica nacional publicada e disponível sobre o tópico da doação de 2015 até 2020. O segundo tem como meta comparar os estudos conduzidos com os temas observados por Souza e Freitas (2019). O terceiro objetivo contempla analisar justificativas sobre as doações a partir da proposta de L. Kohlberg. Motivada pelo quadro agravado de baixa em doações, especialmente de sangue e de órgãos/tecidos, a meta é compreender melhor as atitudes que circundam as recusas à doação, bem como as justificativas para doar.

2 Método

O primeiro procedimento metodológico foi uma revisão de literatura que adota um conjunto de etapas e critérios extraídos dos modelos de Camilo e Garrido (2019) e de Mendes et al. (2008). Ambos os modelos apresentam os mesmos passos, porém nomeados de modo diferente. Para responder a primeira pergunta de pesquisa, a combinação dos dois modelos foi o caminho metodológico mais adequado. Os passos adotados foram: objeto da pesquisa, problema e questões de pesquisa; pesquisa da literatura e seleção dos textos; análise dos textos (análise qualitativa temática e análises quantitativas); interpretação dos resultados; conclusões.

O segundo procedimento metodológico foi a busca e identificação ou criação de justificativas para doação que representem os estágios da teoria de Kohlberg (1984). Essas justificativas ou argumentos para doar/não doar eram procuradas no corpo dos artigos analisados ou em fontes pertinentes ao tema (decreto, projeto de lei, etc.).

2.1 Objeto da pesquisa, problema e questões de pesquisa

Dando continuidade à questão dos aspectos éticos e morais no contexto da doação, o problema identificado foi a necessidade do seguimento da análise da literatura nacional publicada sobre o tópico a partir do estudo publicado com dados da fase 1 (SOUZA; FREITAS, 2019), que incluiu publicações até 2014. As questões, já apresentadas, dizem respeito à caracterização dos artigos encontrados, à comparação com os textos da fase 1 com base nos temas ora criados, e à análise do raciocínio moral em justificativas para doação com base na teoria de Kohlberg (1984).

2.2 Pesquisa da literatura e seleção dos textos: critérios de busca, inclusão e exclusão

O primeiro passo de seleção dos textos foi realizado em 01/04/2020 através de uma busca por artigos científicos publicados em periódicos científicos disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia (BVS-Psi) (www.bvs-psi.org.br) com o termo doação no campo geral de busca. Essa busca geral exibiu resultados de diferentes bases. Foram escolhidas as mesmas três referidas em Souza e Freitas (2019). O número de textos indicados em cada base foi: 322 na SciELO; 21 na Index Psi Periódicos Técnico-Científicos; e 1900 textos na “Bases em Ciências da Saúde e Áreas Correlatas”.

O segundo passo de seleção foi o refinamento dos resultados exibidos nas três bases, tendo como critério o ano de publicação. A Tabela 1 mostra o resultado desse refinamento, com as frequências de textos em cada base, por ano:

Tabela 1 - Frequência de Textos sobre Doação nas Bases Escolhidas, por Ano

Ano	SciELO	Técnico-Científicos	Saúde e Correlatas	Total
2015	19	2	63	84
2016	17	1	57	75
2017	19	0	57	76
2018	17	0	48	65
2019	25	0	36	61
2020	9	0	1	10

O terceiro passo foi identificar os textos duplicados entre as três bases. Foram encontrados 73 artigos duplos. Assim, o total de textos reduziu de 371 para 298. O quarto envolveu a exclusão de trabalhos que não estavam disponíveis na íntegra ou que não se caracterizam como artigos, como editoriais, conferências, cartas, tese, cartilha. Foram encontrados 35 casos, reduzindo para 263 o montante de textos.

O quinto passo foi excluir os textos que não tratam da doação no sentido que está sendo focalizado no presente trabalho: doação de órgãos/tecidos, sangue, leite materno, gametas, alimentos, brinquedos, agasalhos, livros, etc. Foram achados 102 artigos com tais características. Como exemplos, um artigo tratava de doações (financeiras) empresariais indiretas e diretas para financiar campanhas políticas; já outro contemplava os comportamentos de cuidado da mãe como uma doação a seu filho diabético. Com isso, desse quinto procedimento restaram 161 textos.

O sexto e último passo foi a separação dos 161 textos em revisões de literatura e assemelhados. Para tanto, foi criada a categoria “revisões de literatura e textos teóricos” (RLTT), com a seguinte descrição: textos que apresentam revisões de literatura (sistemática, integrativa, narrativa, etc.), levantamentos de artigos, análises teóricas e conceituais, comparações de teorias e conceitos, textos históricos, ensaios, análise da produção de revistas científicas ou outros tipos de textos que, mesmo publicados no formato de artigos, não realizaram coleta de dados com ou sobre seres humanos. Foram identificadas 63 publicações do tipo RLTT. Separando-se estes textos, restaram 98 artigos para análise.

2.3 Análise dos textos

Com o apoio do software jamovi 1.6.23, foram conduzidas análises quantitativas através de estatísticas descritivas simples para responder ao primeiro objetivo. A análise qualitativa para responder aos objetivos dois e três foi fundamentada na análise temática (BRAUN; CLARKE; HAYFIELD; TERRY, 2019; SOUZA, 2019) com apoio do software NVivo 1.6.1. Um segundo avaliador realizou a leitura dos temas e códigos em contexto, colaborando para o ajuste ou refinamento dos temas e suas descrições.

3 Resultados e discussão

Os resultados são apresentados e discutidos por objetivo. Portanto, primeiramente são descritas as características principais dos 98 artigos analisados no presente estudo. Em segundo lugar, é apresentada a análise qualitativa realizada sobre os artigos. Por fim, são apresentadas justificativas para doação que representam os estágios da teoria de Kohlberg (1984).

3.1 Caracterização dos artigos

A primeira diferença notável desde a fase 1 da pesquisa é o notável aumento de publicações sobre o assunto. Enquanto na fase 1 foram analisados 49 artigos, contemplando um intervalo de tempo de 1995 a 2014 (19 anos), na presente fase 2 foram identificados 98 artigos publicados entre 2015 e 2020. É, de fato, um crescimento digno de nota na pesquisa, estudo e debate sobre o tópico. Esse resultado é ainda mais saliente quando se considera que na fase 1 foram incluídos na amostra os artigos do tipo RLTT, excluídos da presente análise.

Os 98 textos com coleta de dados foram classificados em tipos. A Tabela 2 mostra as frequências de artigos por tipo: órgãos/tecidos, sangue, leite humano, gametas, óvulos, ovócitos ou embriões, alimentos, dentes, corpos e outras doações (medicamentos, dinheiro e tempo).

Tabela 2 - Frequência de Artigos por Tipo de Doação

Doação	f
Órgãos ou tecidos	61
Sangue	14
Leite humano	9
Alimentos	4
Corpos	3
Gametas, óvulos, ovócitos ou embriões	2
Dentes	2
Outras	3

Interessante notar a maior diversidade de tipos de doação que se tornaram foco de pesquisas a partir de 2015. Artigos sobre doação de dentes, corpos, alimentos, medicamentos, dinheiro, tempo, óvulos, ovócitos e embriões foram as inovações localizadas na vasta produção científica observada no período analisado. Ainda que se sejam relevantes para a área, considera-se que a continuidade da preferência por estudos sobre doação de órgãos e tecidos e de sangue demonstra ser ainda necessário esforço para compreender as motivações para a doação

ou sua recusa, bem como para promover o incentivo às doações que salvam vidas, como as de órgãos/tecido e de sangue. Dessa forma, optou-se por focalizar a análise temática sobre os artigos que tratavam desses tipos de doações.

Por ano, a frequência de artigos por ano ficou bem distribuída, com exceção de 2020, sobre o qual foram coletados artigos inseridos nas bases até a data de 01/04/2020. Foram 16 publicações em 2015, 19 em 2016, 12 em 2017, 13 em 2018, 12 em 2019 e 3 em 2020 (este apenas em seus três primeiros meses).

Observou-se que 80% das publicações coletaram dados sobre participantes brasileiros, ao passo que os demais 20% coletaram dados em mais de um país ou em algum dos seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, Irã, México, Peru, Portugal e Sérvia. Quanto aos estados brasileiros, observou-se que as coletas de dados ocorreram em São Paulo (14 artigos), Minas Gerais (11), Santa Catarina, (10), Rio Grande do Sul (7), Rio de Janeiro (6), outros estados e Distrito Federal (28) e duas coletas nacionais.

Com relação às áreas de conhecimento das publicações, considerando-se a área da revista onde o artigo foi publicado, predominou a área da Enfermagem (33 artigos), seguida da área Interdisciplinar (isto é, revistas da área da saúde que publicam em diferentes subáreas) (30), Medicina (25), Psicologia (4), Economia (2), e um artigo em revista da Educação, Odontologia, Geografia e Administração. Comparando com a fase 1 da pesquisa, seguem predominantes as revistas das áreas da saúde na publicação de pesquisas sobre doação, com destaque para Enfermagem e Medicina.

Quanto às amostras das pesquisas publicadas, 63 delas envolveram a participação de adultos, uma investigou idosos e 34 combinaram diferentes faixas etárias na amostragem. Os procedimentos de coleta de dados mais utilizados foram as entrevistas (43 artigos) e os questionários (21). Também foram utilizadas

escalas, testes e conduzidos estudos de caso e intervenções, somando 7 artigos. Um artigo analisou sangue humano e 26 artigos relataram estudos que analisaram documentos, ou seja, fichas, formulários, prontuários, bancos de dados e assemelhados. A proporção de trabalhos com coleta em documentos praticamente dobrou da fase 1 para a presente fase 2 da pesquisa.

Em resposta ao primeiro objetivo do presente trabalho, pode-se averiguar que os artigos que realizaram coleta de dados sobre doação possuem como principais características: focalizam na doação de órgãos/tecidos e de sangue; majoritariamente com dados brasileiros; advindos principalmente das regiões sudeste e sul do Brasil; publicados em periódicos das áreas Interdisciplinar, Enfermagem ou Medicina; envolvendo amostras de adultos; coletando dados frequentemente através de entrevistas ou questionários.

3.2 Análise temática dos artigos: buscando padrões e idiosincrasias na produção

Como referido, a análise temática terá por foco os artigos publicados sobre doação de sangue e de órgãos e tecidos. O montante de artigos foi de 75. Com uso do software NVivo, o primeiro passo de análise foi a busca pelos termos mais frequentes encontrados na fase 1 da pesquisa. Com uso do comando de busca por palavras, codificou-se automaticamente os resultados gerados pelo software. O segundo passo foi a leitura individual de cada código no contexto de seu uso para averiguar sua pertinência quanto ao significado. Por exemplo, para o código respeito, foram descodificadas as codificações realizadas em trechos como “a respeito de” e “no que diz respeito à”. Menções aos códigos em referências bibliográficas, nos resumos, palavras-chave e nos títulos dos artigos também foram descodificadas. Após este refinamento, obteve-se os temas em seu formato final.

A Tabela 3 apresenta os temas, seus códigos, a frequência de artigos envolvidos e a frequência de codificações no banco. Não foi encontrado o código “confiável” no banco.

Tabela 3 - Frequência de Artigos e de Trechos Codificados, por Tema

Tema e códigos	Artigos	Codificações
Responsabilidade: inclui responsável	25	41
Autonomia: inclui autônomo, autônoma	18	46
Respeito: respeitar, respeitado, respeitada	15	29
Solidariedade: inclui solidário, solidária	15	29
Confiança: inclui confiar, confia	15	15
Esperança	11	24
Voluntária: inclui voluntário, voluntariedade, voluntarismo	9	17
Livre: inclui liberdade	8	11

Nota: O nome do tema também foi codificado.

Conforme a Tabela 3, os códigos mais frequentes no banco de artigos foram responsabilidade, autonomia, respeito, solidariedade e confiança. Quanto às codificações, pode-se notar que autonomia tende a ser citada mais de duas vezes por artigo, um pouco mais do que a quantidade de citações dos demais temas.

Na fase 1 da pesquisa, as palavras mais frequentes foram solidariedade, confiança e autonomia. Na presente fase 2, foram mais numerosas a responsabilidade, a autonomia e o respeito. Parece que, com o aumento das publicações sobre doação, houve uma mudança quantitativa no teor do debate acerca dos principais aspectos envolvidos nas doações de órgãos/tecidos e de sangue. Da preferência pela solidariedade e confiança, passou-se a um foco maior sobre a responsabilidade e o respeito. Com amparo do software NVivo, foi possível identificar que 10 artigos, dos 75, compartilharam os temas da responsabilidade e da solidariedade. De todo modo, seguem frequentes os mesmos temas na produção científica publicada na forma de artigos e disponível nas bases analisadas.

Ademais, a questão da autonomia segue como tema bastante frequente nas duas fases da pesquisa.

A responsabilidade e a solidariedade, do ponto de vista qualitativo, foram ambas valorizadas na literatura alcançada. Em se tratando de doação de órgãos/tecidos ou de sangue, parece imprescindível considerar a complementaridade desses aspectos. Já em Piaget (1930/1998) se encontra a importância de ambas para o desenvolvimento moral. O sentimento de responsabilidade, quando objetivo, mantém o sujeito no raciocínio de orientação heterônoma; já com a responsabilidade subjetiva está garantida a autonomia pela cooperação e análise das intenções dos pares. A responsabilidade subjetiva, portanto, está mais próxima da decisão pela doação. Sobre a solidariedade, Piaget (1931/1998) a concebeu também na oposição entre solidariedade externa e interna: enquanto na primeira se fundamenta a heteronomia, na segunda está a autonomia e o respeito mútuo. Da mesma forma que com a responsabilidade, o pensamento calcado na solidariedade interna tende por favorecer a doação. Responsabilidade e solidariedade, como se pode notar, têm na esfera moral conexão profunda e necessária. O autor detalha todos os processos envolvidos nos dois conceitos, o que extrapola os objetivos do presente texto. Kohlberg (1984), autor sobre o qual serão analisados os tópicos tratados na literatura sobre doação, se inspira em Piaget (1932/1994) para criar sua teoria que, ao amadurecer, coloca lado a lado a responsabilidade e a solidariedade no avanço do raciocínio moral, o que também influencia as justificativas pró-doação. Esses aspectos serão detalhados mais adiante.

3.2.1 Descrição dos temas

Os temas criados demonstraram tratamento similar ao dado pela bibliografia analisada na fase 1 da pesquisa. De um lado, isso remete à ausência de

mudanças no quadro das discussões e investigações sobre a doação de órgãos/tecidos e sangue. Já de outro lado os temas que esse contexto envolve em seus debates são temas de difícil abordagem e de delicado manejo, como é o caso de princípios éticos como os da dignidade humana, liberdade, autonomia, responsabilidade e respeito, bem como de valores que atravessam o contexto, como o altruísmo, solidariedade, esperança, gratidão e confiança.

Responsabilidade. Presente em 25 dos 75 artigos, é associada aos familiares, à equipe de saúde ou ao Estado. No contexto da família, é referido que é de sua responsabilidade decidir sobre a doação dos órgãos/tecidos do(a) falecido(a). De outro lado, um dos textos aponta que há, também, a menção a um sentimento de responsabilidade por parte de familiares em ter que encontrar um órgão para o transplante. Alguns trabalhos se debruçam sobre a responsabilidade da equipe de saúde em planejar, conduzir e concluir todo o processo envolvido na captação da doação, ao passo que outros textos relatam o sentimento de responsabilidade de enfermeiros em manter estável a qualidade dos órgãos/tecidos da pessoa diagnosticada com morte encefálica, em vistas da possibilidade de doação.

Autonomia. Em quase todos os 18 artigos a autonomia foi tratada pela necessidade de preservá-la no caso das pessoas que em vida expressam sua decisão pela doação. Também é discutida a autonomia da família ao tomarem a decisão, bem como o conflito entre a autonomia do sujeito em vida e a posição dos familiares. Em um dos textos foi considerada a questão de como o analfabetismo e o semianalfabetismo compromete a autonomia dos cidadãos em virtude da ausência de informações suficientes que esclareçam e apoiem a decisão a tomar com relação à doação de órgãos/tecidos, seja sobre si ou sobre um familiar. Na revisão de Maynard et al. (2015-2016) é frisado quão fundamental é a questão para o âmbito das doações *post mortem*.

Respeito. A maioria dos 15 artigos que citaram o respeito foi no contexto da necessidade de se respeitar a autonomia do doador falecido, que em vida expressou sua decisão quanto à doação de seus órgãos. Há, também, alguma menção sobre o cuidado humanizado com a dor dos familiares de paciente com morte encefálica, bem como a humanização no trato a este paciente. Um dos textos mencionou que historicamente, em muitas sociedades, há um respeito ao corpo humano que influencia sobre as decisões diante do quadro de morte encefálica.

Solidariedade. Nos 15 artigos em que aparece, está conectada à ideia ora de ajuda ao próximo ou amor ao próximo, ora de altruísmo. Esses aspectos são retomados adiante nos temas da ajuda e do altruísmo.

Confiança. Quinze trabalhos trataram desse tema e seus derivados, com exceção do termo confiável, não encontrado no banco de dados. Os 15 artigos que fazem referência à confiança o fazem majoritariamente no contexto da confiança, ou sua falta, nos profissionais de saúde envolvidos com o diagnóstico de morte encefálica e/ou nos procedimentos para doação e transplante. A confiança no sistema de saúde também é tratada nas pesquisas relatadas. A necessidade de conquistar a confiança dos familiares também é mencionada, bem como a importante confiança do receptor do órgão no processo como um todo.

Esperança. Da mesma forma como na fase 1 da presente pesquisa, a esperança apareceu no banco de dados de duas formas, em um total de 11 artigos. De um lado, na esperança de quem aguarda por um órgão para ter melhora na qualidade de vida ou ter a expectativa de vida estendida; por outro lado, a esperança dos familiares de que o diagnóstico de morte encefálica está incorreto e que o familiar pode se recuperar e voltar à consciência.

Voluntária. Dos nove artigos que tratavam do tema, sete eram dedicados à doação de sangue. Quatro casos ressaltaram a importância de a doação ser livre, espontânea e voluntária; em alguns textos, argumentou-se sobre o fato de que a doação voluntária de sangue pode ser insuficiente para lidar com a séria escassez de doações no Brasil.

Livre. Tomados em conjunto, os oito trabalhos que mencionam a questão da liberdade no contexto da doação de órgãos o fazem mais em associação à autonomia para a tomada de decisão sobre a doação de órgãos/tecidos. Esse aspecto pode ser demonstrado na comparação de codificação feita através do software NVivo. Dos oito casos, cinco trataram da liberdade e da autonomia em suas discussões.

Em complemento à busca pelas palavras mais frequentes, transformadas em temas após análise em contexto, foram realizadas buscas por outros códigos relevantes ao tópico da doação e que foram destacados na fase 1 da pesquisa. Foram eles: religião (religioso, religiosa e plurais), ajuda (inclui ajudar), altruísmo (altruísta), recompensa (e seus derivados), bem-estar, mídia (meios de comunicação), gratidão e pressão/aprovação sociais.

Religião. Presente em 29 artigos dos 75, a questão da religião é referida basicamente de três modos distintos no contexto da discussão acerca da doação de órgãos/tecidos ou sangue. Majoritariamente os textos trazem as crenças religiosas como um dos maiores impeditivos nas justificativas dos familiares para a recusa à autorização da doação de órgãos. De outro lado, há o argumento de que é necessário buscar o apoio de instituições religiosas para o incentivo à doação, posto que a grande maioria das religiões não se opõem ao ato. Nesse sentido, há também o destaque à necessidade de que as equipes envolvidas na captação de doadores estejam informadas sobre as posições das diferentes religiões quanto às

doações de sangue e de órgãos/tecidos. Além disso, alguns textos marcam que a religião considera essas doações ora como uma caridade ou um pecado, ao mesmo tempo em que fomentam a ideia de milagre no contexto da espera por melhora no quadro de saúde do potencial doador já diagnosticado com morte encefálica. Assim como na fase 1 da pesquisa, a religião segue um tema crucial no contexto da doação de órgãos/tecidos e de sangue, seja como motivadora para a doação, seja como justificativa nas recusas ou negativas. Como relatado na revisão de Ribeiro et al. (2020) é um tópico constante no debate, especialmente por parte das famílias.

Ajuda. O tema da ajuda aparece em 20 publicações de quatro formas diferentes. De forma mais evidente estão as menções à ajuda a quem precisa, o sentimento de necessidade de ajudar o próximo, de ajudar a salvar vidas. Um segundo tom de ajuda está na forma de a equipe técnica auxiliar os familiares a tomar a decisão sobre a doação de órgãos do(a) falecido(a). A ajuda na redução às filas para espera por transplantes ou às filas de espera por doações consistiu no terceiro sentido de ajuda identificado nos artigos. Também se identificou o sentimento de satisfação em ajudar.

Altruísmo. O tema do altruísmo, presente em 11 artigos, por vezes é associado à ajuda, porém na maioria das vezes é contextualizado como algo maior do que um auxílio. Nos textos analisados, trata-se de uma ajuda sem esperar benefício, recompensa, interesse, remuneração. É um ato voluntário, espontâneo e que gera satisfação e conforto pelo sentimento de dever cumprido, por criar um sentimento nobre, aumento da autoestima e do bem-estar.

Como referido anteriormente, no tema da solidariedade também estiveram associados aspectos de ajuda e de altruísmo. Dessa forma, com o auxílio do software NVivo, foram feitas comparações de codificações entre estes temas

no banco de dados. Cinco textos utilizaram os três temas no tratamento do tópico da doação; oito artigos empregaram altruísmo e solidariedade; nove casos usaram os termos ajuda e solidariedade.

Recompensa. Quatro textos mostraram o uso da palavra recompensa. Dois a utilizaram no contexto do altruísmo, um referiu que a família que consente com a doação se sente recompensada e o último mencionou que o “viver pós-transplante” é recompensador.

Mídia. Onze artigos discutiram aspectos relacionados à mídia ou aos meios de comunicação de massa no contexto da doação de órgãos/tecidos e de sangue. Assim como na fase 1 da pesquisa, o tema da mídia segue fundamental para o tratamento da questão das doações. Os artigos trazem a questão do papel da mídia como facilitadora para a divulgação das campanhas de estímulo à doação, pois muitas vezes as informações chegam ao cidadão primeiramente através da mídia. Os meios de comunicação são espaço privilegiado para colaborar na promoção de atitudes mais abertas à doação de órgãos/tecidos e de sangue. Por outro lado, por vezes a mesma mídia se debruça sobremaneira sobre notícia de tráfico de órgãos, o que é percebido em pesquisas de intenção de doação nas justificativas para a recusa.

Bem-estar. Dos 10 artigos que o citaram, a maioria o posicionou em argumentos sobre o bem-estar da sociedade, de pacientes, de cidadãos, e o direito das pessoas a terem seu bem-estar protegido. Em um artigo foi referido o bem-estar do profissional de enfermagem que trabalha com o potencial doador já diagnosticado com morte encefálica. Como já mencionado, um artigo apresenta o bem-estar como sentimento consequente de quem concorda com a doação ou a realiza.

Gratidão. O único artigo, dos 75, que menciona o tema da gratidão, o faz para relatar o sentimento de profissionais da saúde que ajudam familiares a tomar a decisão sobre a doação de órgãos. Segundo a revisão de Fuica e Palacios-Espinosa (2016), a gratidão aparece nas falas dos receptores de órgãos doados no contexto pós-transplante. Na fase 1 da pesquisa, foram encontrados três artigos que se referiam à gratidão. Não parece se tratar de um tema recorrente nas investigações nacionais sobre doação de órgãos/tecidos e de sangue.

Descritos os temas considerados principais e em comum com os resultados da fase 1, bem como explorados os demais temas associados a eles e encontrados na presente análise da literatura, passa-se à apreciação teórica dos aspectos que circundam a tomada de decisão sobre as doações de órgãos/tecidos e de sangue.

3.3 Por que doar ou não doar: uma interpretação kohlberguiana

O campo de estudos sobre a doação de órgãos/tecidos e de sangue é repleto de dilemas morais e debates sobre princípios éticos. É o contexto adequado para a discussão da habilidade de elaborar julgamentos morais calcados em diferentes formas de estruturar o valor da justiça, preconizado por Kohlberg (1984) como o mais importante dos valores morais. Segundo ele, o conceito de justiça diz respeito às questões de liberdade, benevolência e dignidade da pessoa humana. Pode ser concebido racionalmente desde uma forma mais simples à sua aceção mais complexa, isto é, do estágio 1 até o estágio 6, segundo sua proposta teórica.

Conforme visto tanto na fase 1 da pesquisa como na presente fase 2, é de grande peso em todo o processo a questão da tomada da decisão dos familiares pela doação dos órgãos/tecidos. Indiscutivelmente as doações de sangue

também são cercadas por aspectos éticos nas discussões, campanhas e no cotidiano dos profissionais da área. No entanto, pelo peso referido dentro do âmbito maior da doação, para discutir os aspectos morais da doação serão focalizadas as justificativas apresentadas pela família no contexto da doação de órgãos/tecidos *post mortem*. Na literatura estudada, são esses os conteúdos mais referidos a aspectos morais e éticos do problema. Contudo outros aspectos também são considerados na demonstração dos estágios.

No primeiro estágio da teoria de Kohlberg (1984) o sujeito que justifica sua posição moral o faz com base em medo de punição ou medo de algo ou alguém mais forte ou poderoso. No contexto da doação, em praticamente toda a literatura aponta, dentre as recusas familiares, os argumentos baseados na religião, mas construídos por crenças pessoais, e não fundamentados de fato em preceitos religiosos. As pessoas utilizam a religião como um escape à decisão sobre a doação dos órgãos do falecido e, ao final, como uma justificativa para recusar a doação (por exemplo, GALDINO et al., 2018; SANTOS et al., 2016). Sendo um impedimento religioso, conforme o argumento fornecido, não viola as normas da religião referida, as quais possuem, conforme o tipo, as punições que compõem a doutrina. São possibilidades a ideia de punição divina a si ou ao falecido/doador. A justificativa não contempla o ponto de vista do potencial receptor. Por exemplo, o corpo violado pela doação de órgãos/tecidos não terá garantida sua entrada no paraíso ou terá negado algum processo semelhante. As justificativas, dessa forma, são calcadas em evitar consequências negativas.

A tomada de decisão, para a família, é quase sempre em um contexto de dor, de recente recebimento da notícia da morte encefálica do familiar. Trata-se de um clima de muitas emoções negativas (tristeza, raiva, medo), aspectos que dificultam o raciocínio necessário para considerar todas as perspectivas da situ-

ação, pessoas envolvidas, consequências e desfechos. Sobre isso alguns textos relatam recusas familiares à doação de órgãos/tecidos *post mortem* com base em “mau atendimento” por parte de profissionais da saúde (VICTORINO; VENTURA, 2017). Mesmo com a possibilidade, ainda que remota, de mau atendimento, por vezes a questão está na abordagem apressada da equipe em procurar obter o consentimento da família para a retirada dos órgãos, por exemplo (CAJADO, 2016). O foco no próprio bem-estar e sentimentos, em outras palavras, na satisfação pessoal que no momento se busca (receber o consentimento), se aproxima da ideia do estágio 2 da teoria de Kohlberg, no qual apenas a perspectiva própria está em jogo na situação. Outros exemplos possíveis fundamentados no estágio 2 seriam a recusa justificada no elevado tempo para entrega do corpo à família (no caso de autorização da doação), no sentido de que apenas mais dor seria gerada (BERTASI et al., 2019). No âmbito das doações de sangue, encontram-se argumentos que privilegiam a necessidade por algum tipo de recompensa pela doação, caracterizando-a como um negócio, a exemplo do raciocínio no estágio 2. São recompensas legalizadas, a exemplo de folga no trabalho (“ganhar um dia de serviço”, SANTOS et al., 2016, p. 2481). Usada essa justificativa, o raciocínio que fundamenta a ação aparentemente altruísta acaba tornando-a egocêntrica. Outros exemplos com base no estágio 2 são as recusas à doação de sangue por excesso de burocracia ou pelo questionário de pré-doação ser muito longo (SANTOS et al., 2016). De todo modo, é no estágio 2 que, pela primeira vez, o indivíduo contempla a perspectiva de outra pessoa – por exemplo, o receptor da doação de sangue.

O estágio 3 da teoria preconiza o valor da aprovação social e da aceitação do sujeito nos grupos de relacionamentos mais próximos e valorizados por ele. Assim, entram nesse raciocínio as justificativas que acompanham as recusas à doação com base na ideia de que não se pode escolher a quem doar os órgãos

do falecido, ou na certeza de que os demais familiares que não estão presentes não aprovariam a decisão pela doação (ARANDA et al., 2018). Também há a justificativa de recusa porque o ato de doar órgãos ou sangue não é socialmente valorizado (SANTOS et al., 2016). As justificativas com esse raciocínio do estágio 3 inauguram a empatia pelo sujeito que espera uma doação. Um exemplo relatado pela literatura é referido na revisão de Mercado-Martínez et al. (2015) quando médicos e enfermeiros mudam de atitude quanto à doação quando o doador passa a ser os próprios familiares.

O raciocínio moral que gera justificativas calcadas no respeito à lei e à ordem, especialmente para evitar o caos e manter a harmonia social (representadas pelo estágio 4 da teoria), contribui para as decisões pela doação que se amparam na expressão em vida do potencial doador com relação à sua vontade. Seja pela doação ou por seu impedimento, o respeito à vontade do paciente doador é indiscutível e consistiria em injustiça contrariá-lo. Em especial, quando a família é conhecedora das informações relativas às doações de órgãos e à possibilidade de que sejam respeitadas as vontades registradas em vida, conforme as legislações permitem. A esse propósito, e em contrapartida, há lugares em que não há a possibilidade de registro da decisão pela doação em vida, mas as justificativas que acompanham as recusas à doação por esta razão também se enquadram no estágio 4, que resguarda a norma de que a família deve ter a autonomia para a decisão (ver artigo 20 do Decreto 9.175/2017). Como mostra a literatura, a complexidade legal envolvida na questão das doações não é resolvida facilmente pelas sociedades.

No terceiro nível de raciocínio moral – nível pós-convencional, encontram-se diversos debates no contexto das doações. Pelo estágio 5 são apresentados argumentos que prezam pela maximização do bem e aumento das chances

de salvar vidas com transplantes, por exemplo. Nesse sentido, o foco está na tentativa de modificar as leis vigentes para alcançar esse objetivo. Atualmente, há, no Senado, seis projetos de lei que buscam elaborar novas saídas para gerar o aumento da doação de órgãos/tecidos e sangue. Um desses projetos propõe o seguinte: “Torna presumida a autorização para doação de órgãos. A pessoa que não deseja doar partes do corpo após a morte deve registrar a expressão ‘não doador de órgãos e tecidos’ no documento de identidade” (AGÊNCIA SENADO, 2021). Outros propõem benefícios aos doadores, como atendimentos prioritários ou meia-entrada em espetáculos.

O estágio 6 se faz necessário quando não há, no terreno dos direitos, forma de contemplar os princípios que sustenta. É de se considerar sua complexidade ao unir raciocínio e comportamentos morais em um patamar capaz de representar princípios éticos universais. Na concepção de justiça neste estágio, a liberdade, igualdade e dignidade são resguardados por um senso de comprometimento pessoal indiscutível e irresistível de seguir. Se presentes na justificativa para doar, o raciocínio no estágio 6 está representado. Como é um dever *prima facie* salvar vidas humanas, segundo Kohlberg (1984), é pouco plausível, assim, identificar tais princípios em uma justificativa para não doar que procurasse representar o estágio 6.

Segundo Kohlberg (1984), a perspectiva social no estágio 6 preconiza que “pessoas são fins em si mesmas e devem ser tratadas de acordo” (p. 176, tradução livre). É digno de nota que o patamar de racionalização deste estágio requer, como já anunciado, uma atenção aos critérios morais e sua aplicação, com atenção aos próprios estados emocionais e desprendimento com relação a si, evitando-se o egocentrismo. No entanto, uma das questões complexas no contexto das doações de órgãos/tecidos *post mortem*, por exemplo, onde às famílias é concedida a decisão sobre a doação do(a) falecido(a), é o conceito de pessoa ou de

personalidade e sua defesa. Ao se considerar os princípios da dignidade e da autonomia é necessário tomar como princípio que existe uma pessoa no corpo diagnosticado com morte encefálica. Nos debates, entretanto, legais e éticos, é sempre pautado o questionamento da autonomia de uma pessoa considerada falecida e potencialmente não mais detentora de direitos. Há pessoa após a morte? Sua autonomia pode ser defendida após a morte? Ainda falta, nessas questões, o ponto de vista do potencial receptor do órgão. Tomando-se essa perspectiva, a oportunidade de salvar uma vida é evidente e inclui na sua justificativa de tipo estágio 6 os critérios de tomada de perspectiva recíproca ideal, a empatia e a universalidade.

É no estágio 6 que se pode encontrar o comportamento genuinamente altruísta. É nessa direção que Kohlberg, Boyd e Levine (1990) argumentam pela necessidade, nesse estágio, da coordenação entre as dimensões da justiça e da benevolência. Não se concebe, portanto, este estágio sem a “simpatia ativa” pelas pessoas, posto que essa também é uma forma de respeito por elas, juntamente com a noção de respeito delineada com base na justiça. Segundo os autores, “a maneira de olhar o outro, que chamamos de benevolência, considera o outro e a interação humana através das lentes da intenção de promover o bem e evitar lesar o outro” (KOHLBERG; BOYD; LEVINE, 1990, p. 157, tradução de BIAGGIO, 2002, p. 94). Nesse ponto de vista do estágio 6 também se inclui a ideia de empatia, com a qual não se pode pressupor o interesse das outras pessoas. Para Kohlberg et al. (1990), “isso acontece porque ter consciência da natureza autodeterminante dos outros impede que se admita, *a priori*, a validade da própria concepção dos verdadeiros interesses de outras próprias pessoas” (p. 166, tradução de BIAGGIO, 2002, p. 102). Se aplicada essa noção ao caso da doação de órgãos *post mortem*, é possível encontrar respaldo para que a decisão registrada em vida e respeitada pelos familiares represente uma ação moral que represente o estágio

6. Contudo, a ação segue dependente de múltiplos sujeitos, já que o doador dependerá do respeito à sua autonomia sem poder exigi-lo. De todo modo, não caberia ao familiar ter sua decisão classificada como representante do estágio 6, entendendo-se que os familiares são, pela situação dada, veículos da vontade do doador falecido. Ainda assim, são os familiares os que levam a cabo a ação justa e benevolente que pode salvar vidas, e suas justificativas, a favor ou contra a decisão em vida registrada, mostram como questões morais persistem após a morte.

Em última instância, a posição de idealmente estar em lugar de poder salvar uma vida, conforme o estágio 6, não pode ser negada. O raciocínio nesse estágio parece gerar uma justificativa em prol da doação, tenha sido ela registrada como permitida ou não. Estando em condições de fazê-lo, o potencial de salvar uma vida não pode ser recusado, como sugere o imperativo kantiano que também inspirou Kohlberg (1984) a postular o ideal estágio 6. Sendo o último estágio da teoria, e mais complexo e avançado, não foi concebido como ponto final, por coerência com a abordagem cognitivo-desenvolvimental inspirada em Piaget (1932/1994). Pela sua raridade, não foram identificadas justificativas ou argumentos nos textos analisados que representassem a complexidade desse estágio.

Conclusões

Três objetivos foram propostos para a presente pesquisa. No primeiro, buscou-se caracterizar a produção científica publicada e disponível em bases bibliográficas eletrônicas entre 2015 e 2020 sobre o assunto da doação. A principal conclusão foi de que, na comparação com o período de 1995 a 2014, ele passou a ser muito mais utilizado em debates, análises e coletas de dados. Junto a isso, diferentes tipos de doações se tornaram alvo de pesquisa, como as doações de medicamentos, de dinheiro, de tempo. Chama a atenção a pouca pesquisa com questionários, visto que é um meio rápido de aplicação para investigar atitudes com grandes amostras, por exemplo, usando o amparo da Internet.

O segundo objetivo foi de buscar similaridades entre os temas analisados na fase 1 com a amostra ora estudada. Os temas fundamentais foram identificados na produção, demonstrando a continuidade da sua pertinência aos debates e estudos dedicados às doações. O foco na solidariedade, encontrado na fase 1, foi substituído pela responsabilidade. A principal conclusão foi de que a nova produção publicada passou a incluir diferentes perspectivas no tratamento aos mesmos temas: perspectivas dos doadores, receptores, familiares, equipes, sociedade. Isso demonstra que a produção buscou avançar em termos de objeto de pesquisa a partir de o que foi investigado no período anterior (1995 a 2014).

O terceiro objetivo tratou de aplicar a teoria do desenvolvimento do raciocínio moral segundo Lawrence Kohlberg a justificativas associadas às doações de órgãos/tecidos e de sangue. O percurso realizado através dos seis estágios da teoria e com o amparo na literatura analisada gerou a demonstração de justificativas potenciais tanto a favor como contra a doação. Ao final, entende-se que, para que a justificativa seja considerada representativa do raciocínio mais elevado de julgamento moral, fundamentado no estágio 6, deve ser estruturada concomitantemente na união da justiça e da benevolência através dos princípios

de liberdade, igualdade e universalidade e no dever *prima facie* de salvar uma vida humana quando diante da possibilidade de fazê-lo. Conclui-se, portanto, que a justificativa pró-doação deve conter essa motivação e o arrazoado mencionado.

A limitação do estudo, para o pesquisador acostumado às revisões de literatura com critérios fixos, é a coleta parcial de publicações do ano de 2020. Assim, a amostra dessa segunda fase (2015-2020) falharia em completar a década de artigos em complemento à pesquisa de fase 1 (1995-2014). Ainda assim, ao se priorizar uma abordagem predominantemente qualitativa na presente pesquisa, ou seja, colocando em patamar mais elevado a análise dos significados dos conteúdos trabalhados nos artigos, não se considerou fundamental a completa inserção das publicações de 2020.

Quanto às próximas investigações sobre a doação, com base nos achados relatados na presente oportunidade, há diferentes avenidas possíveis. Uma delas é a inclusão de dilemas morais, hipotéticos ou reais, em debates com grupos de estudantes de ensino médio, de estudantes universitários de áreas da saúde e de participantes de cursos técnicos de enfermagem. O debate adequadamente moderado por profissional preparado, seguindo tanto a proposta de Blatt e Kohlberg (1975) como a de Lind (2005), é oportunidade ímpar de exercitar a competência moral dos participantes que, muito provavelmente, tomarão contato com situações que envolvem a doação de órgãos/tecidos, a morte encefálica, etc. Ao mesmo tempo, terão a oportunidade de experimentar conflito cognitivo e, potencialmente, o aumento de sua competência moral. Se esse aumento será benéfico para a prática profissional, por exemplo, do enfermeiro, que deve seguir a decisão do familiar do doador, inclusive no caso de negativas, somente investigações no campo da psicologia moral podem responder. Outra possibilidade de pesquisa é a criação de uma escala de atitudes em relação à doação com foco nos

aspectos morais e éticos. Tanto as coletas de dados com a população em geral, como coletas com profissionais da saúde poderiam gerar dados relevantes e com potencial de contribuição para a área.

É de extrema complexidade a questão da doação de órgãos/tecidos *post mortem*. As sociedades, quando buscam legislar sobre a doação, se prendem a aspectos legais e de direitos, os quais, ainda que preservem a cidadania, deixam a desejar quanto à necessidade de uma visão mais ampla sobre o problema. A possibilidade de salvar uma vida ainda perde para preceitos religiosos, desconhecimento sobre processos e passos ou para motivações calcadas no desejo de conformidade social ou familiar. Que o tópico da doação seja mais pauta de estudos, debates e pesquisas no campo da psicologia moral e da ética. Esforços nessa direção agregam à literatura ao mesmo tempo em que mantêm na pauta a doação e a complexa rede de motivações e juízos que a envolve.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Campanha Setembro Verde incentiva doação de órgãos, em queda na pandemia**. Senado Notícias. [S.I.] set, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/16/campanha-setembro-verde-incentiva-doacao-de-orgaos-em-queda-na-pandemia>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.

AGÊNCIA SENADO. **Projetos mudam legislação de 24 anos para facilitar doação de órgãos**. Senado Notícias. [S.I.] fev, 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/02/projetos-mudam-legislacao-de-24-anos-para-facilitar-doacao-de-orgaos>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.

ARANDA, R. S. et al. Perfil e motivos de negativas de familiares para doação de órgãos e tecidos para transplante. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, dez, 2018. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502018000100361>. Acesso em: 06 de janeiro de 2022.

BERTASI, R. A. DE O. et al. Perfil dos potenciais doadores de órgãos e fatores relacionados à doação e a não doação de órgãos de uma Organização de Procura de Órgãos. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 46, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rcbc/a/ZL75x5Pkv7FRTJ6TsDLFMzC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2022.

BIAGGIO, A. M. B. Kohlberg e a “Comunidade Justa”: promovendo o senso ético e a cidadania na escola. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 10, n. 1, p. 47-69, 1997. BIAGGIO, A. M. B. **Lawrence Kohlberg Ética e Educação Moral**. [S.I.] Moderna, 2002.

BLATT, M. M.; KOHLBERG, L. The Effects of Classroom Moral Discussion upon Children’s Level of Moral Judgment. **Journal of Moral Education**, v. 4, n. 2, p. 129-161, fev, 1975.

BONFADINI, G. et al. Donation and waiting list for corneal transplantation in the State of Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 73, n. 4, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbof/a/nXvQMWhk33n5C97CgW5JLzg/?lang=en&format=pdf>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 9.175**, 18 out. 2017. Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Brasília: Presidente da República [2017]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9175.htm#:~:text=Do%20Consentimento%20Familiar-,Art.,em%20termo%20espec%C3%ADfco%20de%20autORIZA%C3%A7%C3%A3o.>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

BRAUN, V. et al. Thematic Analysis. In: P. Liamputtong (Ed.). **Handbook of Research Methods in Health Social Sciences**. Singapore: Springer, 2019. p. 843–860.

CAJADO, M. C. V.; FRANCO, A. L. E S. Doação de órgãos e tecidos para transplantes: impasses subjetivos diante da decisão familiar. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. 480–499, abr/jun, 2016.

CAMILO, C.; GARRIDO, M. V. A revisão sistemática de literatura em psicologia: Desafios e orientações. **Análise Psicológica**, v. 37, n. 4, p. 535–552, dez, 2019.

FEBRASGO. **Febrasgo revela falta de leite humano em bancos de leite de 20 estados e Distrito Federal**. Febrasgo. [S.I.] 2021. Disponível em: <<https://www.febrasgo.org.br/en/covid19/item/1269-febrasgo-revela-falta-de-leite-humano-em-bancos-de-leite-de-20-estados-e-distrito-federal>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.

FUICA, S.; PALACIOS-ESPINOSA, X. Significados atribuídos por el paciente trasplantado al órganorecibido, al donante, a la vida y a la muerte. **Pensamiento Psicológico**, v. 14, n. 2, jul/dec, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-89612016000200002>. Acesso em: 19 de janeiro de 2022.

GALDINO, M. J. Q. et al. Doações e transplantes cardíacos no estado do Paraná. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, p. 1–7, abr, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/XzDg5GYbJTsskPFddG-cqJct/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. 3, p. 549–556, jun, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/kCfBfmKSzpYt6QqWPWxd-Qfj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

KOHLBERG, L. **Essays on Moral Development: The psychology of moral development**. San Francisco : Harper & Row, 1984.

KOHLBERG, L.; BOYD, D. R.; LEVINE, C. The return of Stage 6: Its principle and moral point of view. In: Wren, T. E. (Ed.). **The moral domain: Essays in the ongoing discussion between philosophy and the social sciences**. [S.I.] The MIT Press, 1990.

LIMA, E. **Bancos de sangue estão com estoque baixo na pandemia**. Fiocruz. [S.I.] 2021. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/bancos-de-sangue-estao-com-estoque-baixo-na-pandemia>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

LIND, G. Moral Dilemma Discussion Revisited - The Konstanz Method. **Europe's Journal of Psychology**, v. 1, n. 1, fev, 2005.

MAYNARD, L. O. D. et al. Os conflitos do consentimento acerca da doação de órgãos post mortem no Brasil. **Revista de Direito Sanitário**, v. 16, n. 3, p. 882-887, 30 dez, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/111657/109688>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjK-JLkXQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

MERCADO-MARTÍNEZ, F. J. et al. Views of health care personnel on organ donation and transplantation: A literature review. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 24, n. 2, p. 574-583, jun, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/s5YX5jCmpt9HxMJH5dZ9dRR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

PIAGET, J. Os Procedimentos da Educação Moral. In: PIAGET, Jean. **Sobre a Pedagogia: textos inéditos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, [1930] 1998. p. 25-58.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, [1932] 1994.

PIAGET, J. O Espírito de Solidariedade na Criança e a Colaboração Internacional. In: PIAGET, Jean. **Sobre a pedagogia : textos inéditos**. São Paulo: Casa Do Psicólogo, [1931] 1998. p. 79-88.

RIBEIRO, K. R. A. et al. Brain death and the process of donation of organs: a family care. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 12, p. 190–196, jan/dez, 2020.

ROZA, B. D. A. et al. Doação de órgãos e tecidos: relação com o corpo em nossa sociedade. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 23, n. 3, p. 417–422, jun, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/ZmW8LKZT6QGkztSsTj4fTsq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83–89, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

SANTOS, R. DE J. et al. Aspectos éticos dos transplantes de órgãos na visão do estudante de medicina: um estudo comparativo. **Revista Bioética**, v. 24, n. 2, p. 344–354, ago, 2016.

SOUZA, L. K. DE. O debate de dilemas morais na universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 1, p. 169–183, jun, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/ScxdhPhqL7yQkzXwYvf9Tvj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

SOUZA, L. K. DE; FREITAS, L. B. DE L. A Doação na Literatura Científica Nacional: Contribuições à Psicologia Moral. **Psico-USF**, v. 24, n. 1, p. 159–171, jan, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusf/a/dqGN-bkYx9b3nSRykSzchPZB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

VICTORINO, J. P.; VENTURA, C. A. A. Doação de órgãos: tema bioético à luz da legislação. **Revista Bioética**, v. 25, n. 1, p. 138–147, abr, 2017.

Recebido 29/11/2022

Aprovado 16/06/2023